

MPF acusa Lula de receber R\$ 1 milhão por meio de reforma em sítio

O ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva foi acusado, nesta segunda-feira (22/5), de ganhar reformas e móveis em um sítio de Atibaia (SP) como pagamento de fraudes em contratos da Petrobras. O Ministério Público Federal diz que as empreiteiras OAS e Odebrecht e o grupo Schahin desembolsaram mais de R\$ 1,2 milhão em benfeitores de imóvel usado por Lula e familiares.

O advogado Roberto Texeira, que defende o ex-presidente, é acusado de ter ajudado o cliente a esconder a posse do sítio — segundo o MPF, ele participou da compra mesmo sem procuração em nome dos proprietários. Também foram denunciados José Adelmário Pinheiro Filho, da OAS; Marcelo Odebrecht, da empreiteira que leva seu sobrenome; o pecuarista José Carlos Bumlai e outras oito pessoas.

Reprodução



MPF em Curitiba apresenta terceira denúncia contra Lula, relacionando reforma em sítio a crimes na Petrobras.
Reprodução

Trata-se da terceira denúncia contra Lula em Curitiba. Se for aceita, ele será réu pela sexta vez na operação “lava jato”, somando-se processos que tramitam em Brasília. Várias páginas da acusação dedicam-se a mostrar que o petista e a mulher, Marisa Letícia (morta em fevereiro), eram os reais proprietários da casa, e não só visitantes.

Segundo o MPF, a Polícia Federal apreendeu objetos em nome do casal, como rótulos de produtos manipulados; carros do ex-presidente passaram pelo menos 270 vezes na praça de pedágio que leva a Atibaia, entre 2011 e 2016; e e-mails interceptados do Instituto Lula relatam a instalação de câmeras de segurança no imóvel, lista de materiais para obras e a presença de funcionários da entidade no local.



A denúncia afirma que o imóvel só pode ser fruto de crimes praticados contra sete contratos da Petrobras, a partir de negociações “em datas ainda não estabelecidas, mas compreendidas entre 14/05/2004 e 23/01/2012”. Para o MPF, Lula tinha conhecimento do esquema porque nomeou nomes do PP e PMDB para altos cargos na petrolífera; “manteve contato por anos” com pessoas condenadas no processo do mensalão e “fortaleceu-se politicamente, de forma ilícita, ampliando e mantendo a base aliada no poder federal”.

Também são citadas evidências de relacionamento entre Lula e empreiteiros. No celular de Marcelo Odebrecht, há referências ao nome do ex-presidente e reunião na LILS (empresa de palestras, batizada com acrônimo do nome de Lula). O MPF aponta ainda como prova o fato de que essa empresa e o Instituto Lula receberam mais de R\$ 30 milhões de construtoras investigadas na “lava jato”. Tudo indicaria crimes de corrupção ativa e lavagem de dinheiro.

A revista eletrônica **Consultor Jurídico** não conseguiu contato com a defesa de Lula e de Roberto Texeira até a publicação desta notícia.

Clique [aqui](#) para ler a denúncia.

Date Created

22/05/2017